

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**GASPAR JOSÉ SOARES: A TRAJETÓRIA DE UM NEGRO NA
POLÍTICA FLUMINENSE NO PÓS-ABOLIÇÃO (1890-1950)**

VALDIRENE NUNES DE SANTANA PESSOA

NOVA IGUAÇU,

2014

VALDIRENE NUNES DE SANTANA PESSOA

**GASPAR JOSÉ SOARES: A TRAJETÓRIA DE UM NEGRO NA
POLÍTICA FLUMINENSE NO PÓS-ABOLIÇÃO (1890-1950)**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplina na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador:

Professor Doutor Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Nova Iguaçu,

2014

Valdirene Nunes de Santana Pessoa

**Gaspar José Soares: a trajetória de um negro na política Fluminense no
pós-abolição (1890-1950)**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa (Orientador)

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)

Prof. Dr.^a Amália Dias (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Esta monografia marca a conclusão de um longo período de estudos e pesquisas. No decorrer deste caminho, foram muitos os amigos, professores e familiares que contribuíram para concretização de cada etapa da minha vida acadêmica. A ajuda de todos tornou mais doce e agradável a longa e tortuosa estrada rumo a conclusão do curso de História.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a meu marido João e minha mais linda filha Maria Eduarda, que com muito amor, carinho e principalmente paciência, me ajudaram e acompanharam minhas longas horas de estudo e noites sem dormir, mergulhada em muito trabalho. As minhas irmãs Bete, Eliane, Telma, Valéria e Vânia (com acento) e meu irmão Minho que sempre me apoiaram e por muitas vezes se revezaram com minha filha para que eu pudesse participar das atividades da Universidade.

Ao meu professor e orientador Carlos Eduardo da Costa, pela infinita paciência, emails, telefonemas e incentivos para a conclusão deste trabalho. Obrigada pelas correções, observações e sugestões, elas foram determinantes para o desenvolvimento e concepção desta monografia.

Ao meu grande amigo e professor Otair Fernandes, que sempre acreditou e me incentivou a nunca desistir, apesar das dificuldades. Obrigada por me ensinar sobre a *pedagogia da autonomia*, a trabalhar em grupo, organizar eventos, escrever trabalhos e a “enfiar o pé na porta”. A TODOS os petianos com quem tive o privilégio de trabalhar e compartilhar longas horas de muita troca de saberes e fazeres. São momentos únicos que guardarei com saudades. A Giselle Florentino, a sempre gentil, Carla Nóbrega, a doce Fayla Meneses, a exuberante Valéria Vieira, ao sorridente menino Caruanã Guatara, a minha amiga, aliada e comparsa, Suelane Camelo e ao homem mais inteligente, educado e companheiro que já conheci Luciano Marques.

Agradeço também ao meu mestre Álvaro Pereira Nascimento, minha inspiração intelectual e acadêmica e meu exemplo de profissional. Com ele aprendi a o que é ser um bom professor.

E por último, agradeço ao Programa Conexões de Saberes que tive a oportunidade de integrar e ao PET- Programa de Educação Tutorial que trabalhei arduamente por três anos e tornou mais rica minha graduação.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos amigos e familiares que perdi ao longo de minha graduação. A minha meiga, doce e sorridente prima Daniele, ao meu primo Beto que me ensinou a não passar 30 anos da vida dormindo, a meu sempre generoso e cordial sogro e ao meu sobrinho Gustavo um anjo que passou em minha vida e deixará eternas saudades.

RESUMO

A proposta desta monografia é traçar a trajetória de Gaspar José Soares, político, empresário e atuante cidadão iguaçuano, no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense no período do pós-abolição. Ao longo de nossa pesquisa conseguimos acompanhar parte de sua vida política e suas muitas outras ocupações ao longo de sua trajetória. Observar com parcimônia sua vida pessoal, casamentos, filhos até seu quase silencioso falecimento aos 90 anos. Observamos também sua rede de relações e desdobramentos de seu diversificado campo social, Acompanhamos a complexidade que é remontar o passado de um ativo cidadão negro no pós-abolição, figura pública e influente numa região em constante processo de transformações, sociais e econômicas, marcada pela desigualdade social e diversidade étnica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 – O VELHO, A NOVA IGUAÇU E O PÓS-ABOLIÇÃO.....	12
A BAIXADA FLUMINENSE.....	12
O PÓS-ABOLIÇÃO.....	17
2 – FAMÍLIA E MOBILIDADE SOCIAL.....	21
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA MOBILIDADE SOCIAL.....	28
GASPAR JOSÉ SOARES E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	30
3 – FAMÍLIA TRABALHO E NEGÓCIOS.....	37
GENEALOGIA DA FAMÍLIA DE GASPAR JOSÉ SOARES.....	39
OS OFÍCIOS.....	40
SUAS RELAÇÕES.....	44
CONCLUSÃO.....	48
FONTES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

O objeto central que baliza esta pesquisa é a trajetória de Gaspar José Soares um atuante cidadão iguaçuano, que passaria despercebido como tantos outros políticos, empresários e homem de família de seu tempo. Buscaremos ao longo do texto, fazer um levantamento sobre sua história pessoal, profissional e social através de fontes que possam dar conta de seu passado. O recorte temporal delimita-se em fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período de vida e atividades de Gaspar José Soares. Sendo nosso intento localizá-lo dentro do pós-abolição na Baixada Fluminense, região de grande importância histórica e econômica, com relevante papel na economia latifundiária e farta produção agrícola de café e laranja entre os séculos XIX e XX que dinamizaram e fizeram com que a Baixada Fluminense conhecesse tempos áureos na economia e avanços urbano, social e político.

A Baixada Fluminense é um campo aberto para o estudo do pós-abolição. Tema pouco explorado, com baixa produção bibliográfica e que vem ao longo do tempo ganhando novos objetos e novas abordagens. Importantes obras trazem expressivas contribuições para a temática, autores como Ana Lugão Rios¹, Hebe Mattos², Carlos Eduardo Coutinho da Costa³, Álvaro Pereira Nascimento⁴, Nielson Bezerra⁵ entre outros dão forte contribuição para a pesquisa e desenvolvimento de trabalhos nesta área.

A temática tem angariado diversificadas pesquisas que incluem as trajetórias, as migrações, as relações econômicas, a disputa pela terra, formas de trabalho, família, estratégias de ascensão social e econômica no pós-abolição. Porém, a produção historiográfica voltada tanto para Baixada Fluminense, mas principalmente para este período ainda está longe de representar um avanço para a historiografia da região. Nesse sentido, o presente trabalho vem se somar a outros para preencher mais uma lacuna de sua história, contribuindo para

¹ RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e cidadania no Pós-Abolição*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

² Idem.

³ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2008.

⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Acessado em :

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300492867_ARQUIVO_Artigo.pdf

⁵ BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada : Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ : APPH-CLIO, 2012.

elucidação de seu passado. Observamos assim a pertinência historiográfica da pesquisa e a originalidade do objeto que remonta uma parte da história da cidade de Nova Iguaçu.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar a trajetória de Gaspar José Soares no pós-abolição da Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu/RJ. Para dar conta de nosso intento, faremos largamente o uso de uma tipologia diversificada de fontes, tais como: fontes paroquiais e cartoriais, de jornais da época de referenciais bibliográficos, Almnack Laemmaert, entre outros.

As variedades de fontes para um pesquisador de História Social são inúmeras, como os inventários, assentos de casamento, nascimento, óbito, testamentos, processos crime, jornais, registros variados entre tantos outros. Mas nem sempre -o que ocorre muitas vezes- o pesquisador irá se deparar com tantas variedades de fontes para uma mesma região ou do grupo social que busca trabalhar. Na Baixada Fluminense, principalmente em se tratando do pós-abolição caberá à destreza do pesquisador, realizar ávida investigação, cruzar fontes -nem sempre em bom estado- para tentar reconstruir o passado histórico dessa região.

Nesta monografia, podemos considerar as dificuldades relacionadas à fonte, de médio porte, por se tratar a nossa pesquisa relacionada a uma figura pública e atuante no Município de Nova Iguaçu, seu nome aparece amiúde principalmente em alguns jornais da época.

Na construção desta trajetória de Gaspar José Soares não temos a pretensão de esgotar todos os parâmetros de sua vida, nem mesmo de considerar que o material que levantamos abarca de forma totalizante o que de real aconteceu em seu passado respondendo a todas as dúvidas recorrentes ao longo desta análise. Portanto concordamos com Pierre Bourdier e seus argumentos sobre a *ilusão biográfica*.⁶ Bourdier não acredita na possibilidade de se dar conta de todo o universo social que envolve o indivíduo. O autor chama de *ilusão biográfica*, o engano de se tentar construir uma história de forma ordenada, uma biografia bem organizada, com linearidade, com começo meio e um fim predestinado, relegando sua complexidade, contradições e conflitos. Ele acredita que tanto o indivíduo quanto seu contexto está em constante mutação o que impossibilita abranger todos os aspectos da vida do indivíduo, assim deve-se buscar analisar o sujeito como fruto do seu tempo, dentro de seu contexto, trabalhando sua complexidade dentro de seu diversificado campo social, reconstituir suas

⁶ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-191.

ações e os elementos que agem sobre ele, para tornar sua trajetória o mais verossímil possível e assim contar sua história de vida⁷.

A ideia de se trabalhar este tema veio primeiramente do interesse no período nas aulas de pós-abolição ministradas pelo professor Álvaro Pereira Nascimento, na UFRRJ. Posteriormente observei uma intrigante fotografia no livro *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*⁸ do professor Ney Alberto Gonçalves de Barros, onde podemos constatar dois vereadores negros entre outros vereadores do município de Nova Iguaçu – Gaspar José Soares e Isaac Manoel da Câmara. A fotografia provavelmente pode ter sido tirada por conta da comemoração da posse do grupo nas eleições do ano de 1919. Deparar-me com a fotografia levou-me a questionar as possibilidades, os caminhos e as estratégias no pós-abolição de indivíduos que viveram num período emblemático para a história de negros e negras no Brasil. No decorrer da pesquisa não tive grandes dificuldades em encontrar fontes relacionadas a Gaspar José Soares, o mesmo não aconteceu com Isaac Manoel da Câmara, onde a extrema escassez de material de análise fez-me optar e me dedicar à ambiciosa tarefa de investigar e traçar a trajetória de Gaspar José Soares.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos com parcimônia desenhar um panorama da Baixada Fluminense entre os séculos XIX e XX, contextualizando a região, naquele período. No segundo capítulo expomos obras que destacam experiências de ascensão social no pós-abolição, posteriormente de forma sucinta percorremos a vida política de Gaspar José Soares expomos a imagética fotografia que foi ponto crucial para o início de nossa pesquisa. Focamos no segundo capítulo a genealogia de sua família, acompanhamos, até onde nos foi possível, a versatilidade em suas profissões e suas relações sociais e desdobramentos. Por fim, procuramos expor as conclusões construídas a partir da construção dessa trajetória, bem como nosso entendimento sobre o papel e desdobramentos da vida de Gaspar José Soares e sua vida social naquele período.

⁷ IDEM, *ibidem*.

⁸ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000. p. 80.

Capítulo 1 - O Velho, a Nova Iguaçu e o Período Pós-abolição.

“O Município de Iguassú, um dos mais antigos e maiores municípios fluminenses, foi no tempo do Império um dos mais poderosos contribuintes da grandeza e da prosperidade da antiga Província do Rio de Janeiro. Em suas terras existiam vastas e ricas fazendas onde o café, acima de tudo, proporcionava aos seus felizes proprietários, com a facilidade de que o braço escravo trazia para a lavoura daqueles tempos, muita fartura e muita imprevidência, mal de que, aliás, resultou a decadência de muitos municípios, outrora prósperos e ricos e que hoje demandam grandes esforços e iniciativas para se erguerem. Foi o que se deu com Iguassú, que, no entanto, graças ao trabalho dos seus filhos e á boa orientação dos seus administradores, entrou presentemente na estrada franca da prosperidade e do progresso e caminha a passos largos para reconquistar a situação preponderante que já desfrutou na família fluminense. É comarca de 1ª entrância por decreto de 15 de janeiro 1833.”⁹

O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve análise sobre a Baixada Fluminense, região que no século XIX compreendia os municípios de Iguassú e Estrella.¹⁰ Pretendemos analisar o desenvolvimento da região acompanhando suas transformações sociais e econômicas, mudanças na sua configuração demográfica, crescimento e desenvolvimento urbano, até o período do pós-abolição.

Observando a epígrafe, retirado do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro de 1930, descrevendo o antigo município de Iguassú, podemos percorrer um período de sua história. De forma concisa o trecho discorre sobre a importância da região para a antiga Província do Rio de Janeiro, sua posterior decadência e seu período de desenvolvimento econômico e prosperidade, atribuídos a seus cidadãos e administradores. Este fragmento contextualizado nos dá a dimensão do passado histórico do município de Iguassú.

Localizada no Recôncavo da Baía de Guanabara, o município de Iguassú, elevado de povoado a Vila de Iguassú em 1833, abarcava as freguesias de Nossa Senhora de Piedade de Iguassú, santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora do Pillar, Nossa Senhora da Conceição

⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1930. p. 874. Acessado em: memória.bn.br

¹⁰ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição : Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2008. p. 73.

de Marapicú, São João de Merity e Ribeirão da Lage.¹¹ A região se notabilizou como importante lugar de passagem e comunicação regional para abastecimento da cidade e escoamento de mercadorias do porto do Rio de Janeiro. No século XVIII, se tornou relevante eixo de comunicação no Centro-Sul, com a intensa exploração do ouro de Minas Gerais¹².

O ciclo econômico do café e a chegada de transporte ferroviário trouxeram significativas intervenções para a localidade além de acentuar a região como lugar de passagem, deslocava os povoados que antes ficavam as margens dos rios para o entorno das estações ferroviárias, fazendo desaparecer áreas que anteriormente eram prósperas freguesias. Este exemplo se aplica a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, situada próximo ao Porto de Iguassú que com a criação em 15 de Janeiro de 1833 da Vila de Iguassú - só concretizada após a instalação da Câmara em 29 de julho do mesmo ano - o povoado foi elevado à vila e a administração foi dividida entre as duas sedes. Com a chegada da estrada de ferro em 1858, é inaugurada a ligação ferroviária entre a cidade do Rio de Janeiro e a antiga Freguesia de Nossa Senhora de Marapicú, atual Município de Queimados, também em decorrência de constantes surtos de epidemias, a região foi aos poucos sendo abandonada e o centro urbano transferido para o entorno da estação de Iguassú.

*“As estradas de ferro foram lançadas para facilitar a transporte do café, acompanhando sua expansão desde o Rio de Janeiro até as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em consequência, estimulavam o aumento da cultura cafeeira, o surgimento de “fazendas”, ao mesmo tempo em que deslocavam o eixo comercial dos rios, fazendo perecer regiões que, até então, viviam em função de seus portos fluviais. Foi o que aconteceu, entre outros locais, com Estrela e Iguaçú.”*¹³

A chegada das ferrovias também *“minimizaria ou aniquilaria a importância dos rios, como vias de comunicação”*¹⁴. O Porto Estrela, que *“foi um dos mais importantes portos de embarque de café para a Corte”*¹⁵, é outra região que entrou em decadência após a inauguração em 1854 da estrada de ferro Barão de Mauá, a primeira do Brasil. Além de também sofrer com epidemias e o assoreamento dos rios.

¹¹ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000. p. 9.

¹² BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro : APPH-CLIO, 2011.

¹³ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja – História Econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas/SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977. p.55.

¹⁴ IDEM, p.89.

¹⁵ IDEM, ibidem, p.85.

“Estrela, que já era um dos portos mais importantes da Província do Rio de Janeiro, por onde se escoava grande parte do café fluminense e mineiro, viveu, então, um período difícil: enquanto o trânsito de passageiros e carga aumentava em seu território, seu porto ia declinando sensivelmente. E a Importância de Estrela era o seu porto no rio Inhomirim... O tiro de misericórdia lhe foi dado quando a linha férrea do Grão-Pará chegou a Petrópolis e se estendeu até Areal. Paralelamente, a cólera-morbo e a malária atacavam a região.”¹⁶

Em meados do século XIX, a opulência do Porto Estrela deu lugar a decadência e ao abandono. Em pouco tempo a região experimentou o esvaziamento populacional fazendo desaparecer próspera freguesia.

De acordo com Waldick Pereira, durante o ciclo do café, Nova Iguaçu foi um grande entreposto deste produto para exportação. O autor cita diferentes razões para o declínio da cultura do café como a degradação ambiental, a falta de braços do trabalho escravo em decorrência da abolição, o autor também argumenta que:

“O trem de ferro e a mudança da sede da vila para Maxambomba¹⁷?? também contribuíram para o desaparecimento da cafeicultura em Iguaçu, que situando-se nas regiões mais altas do município, contava com as estradas do Comércio, da Polícia e da Estrela e com os rios para o seu natural escoamento e desenvolvimento; e a estrada de ferro roubou destes meios de comunicação à importância, aniquilando povoações e vila.”¹⁸

Na visão de Waldick Pereira a decadência da antiga Vila de Iguassú, estaria diretamente ligada à chegada do trem de ferro, além de outros fatores que contribuíram de forma relevante para a derrocada da região como as epidemias de cólera-morbo, febre amarela, além do desprovimento de determinados gêneros alimentícios. Outras localidades, assim como Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e Vila Estrela, estavam em franca derrocada¹⁹.

No início do século XX, outra atividade econômica ganhou força e impulsionou a economia da região. Posterior ao ciclo cafeeiro, a produção de laranjas que segundo Carlos Eduardo da Costa, se tornou o investimento ideal para antigos produtores que sofreram

¹⁶ IDEM, ibidem, p.53.

¹⁷ Decreto n. 263 : « Fica elevada à categoria de cidade a villa de Maxambomba ». Em 19 de junho de 1891. BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord). *Memória da Camara...op.ci*, p.57.

¹⁸ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...*, op.cit, p. 87-88.

¹⁹ IDEM, p. 90.

economicamente com antigos investimentos. A laranja ganhou força e seu cultivo se propagou por diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo:

“Na virada do século, a produção de laranja se espalhou pelo Rio de Janeiro. Muitas fazendas que haviam entrado em crise econômica, por causa das produções em larga escala do café e cana de açúcar, estavam abandonadas e/ou foram loteadas. Esse era um cenário típico para o tipo de produção que a laranja exigia, ou seja, a de pequenas propriedades. As regiões que despontavam economicamente no Estado na produção de laranjas, nesse período foram: São Gonçalo, Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Nova Iguaçu. Para além do Rio de Janeiro, São Paulo também investiu na produção, obtendo uma maior produtividade por pé de laranja em comparação aos municípios do Rio.”²⁰

A região era propícia para a produção de laranjas. Nova Iguaçu se tornou grande exportador de laranjas, além de destinar sua produção para o Rio de Janeiro e Europa, também produzia para o Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1924 por sugestão do *Ministério da Agricultura*, o *Sindicato Agrícola de Iguaçu*, passou a se denominar *Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu*. O contingente de pessoas na produção de laranjas aumentou significativamente, acelerando o progresso da cidade. *Nova Iguaçu era o Novo Eldorado*.

“A cidade, aos poucos, ia-se transformando, exigindo um mínimo de condições em sua estrutura social [...] Maxambomba passava a se chamar Nova Iguaçu, em 1916. Em 1919 era criada a Prefeitura municipal e a povoação de São Mateus recebia o nome de Nilópolis, em homenagem a Nilo Peçanha. Em 1924 eram alteradas as zonas urbanas em três dos sete distritos municipais, e, em 1913m criada a Vara Criminal na Comarca de Iguaçu, por sua vez, elevada a 2ª entrância.”²¹

A produção de laranjas estimulou o desenvolvimento da região. No início do século XX, Nova Iguaçu experimenta um período de crescimento demográfico econômico e social, vindo surgir uma nova elite social. Em 1929 fica configurada a ascensão de uma elite local: os produtores de laranjas, que receberam neste ano a visita do presidente da República Washington Luís e sua comitiva.²² Dois anos depois, segundo Waldick Pereira, atendendo a apelos da diretoria da Associação dos Fruticultores de Iguaçu,²³ o município recebeu a visita de então presidente Getúlio Vargas. Apoiados no prestígio econômico da laranja, o objetivo

²⁰ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição...*, op.cit p.78.

²¹ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...*,op.cit, p. 124

²² PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...*,op.cit, p. 131.

²³ Anteriormente denominado Sindicato Agrícola de Iguaçu, a Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu, passou a ser assim denominado em 1924 por sugestão do Ministério da Agricultura. PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja...*,op.cit, p. 133.

desses produtores era não somente requerer benefícios do governo federal, mas também solucionar problemas relacionados à citricultura.²⁴

Waldick Pereira pontuou diferentes aspectos para o progresso da região na década de 30:

“[...] inauguração de 14 novas estradas, num total de 90 quilômetros, interligando centros agrícolas à sede do município [...]; tração elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em julho de 1937; criação do serviço de saneamento da Baixada Fluminense, em 1936 [...]; instalação da indústria secundária da citricultura; construção do hospital [Hospital de Iguçu, que teve sua pedra fundamental lançada em 1931 na presença do Presidente Getúlio Vargas], inaugurado em 31 de março de 1935; fundação das primeiras entidades de classe; instalação dos primeiros estabelecimentos bancários; instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, cujo surgimento se deu na década anterior: dezenove indústrias estavam operando no município, sete das quais sediadas no distrito de Nilópolis [...]; maior produção agrofábrica, refletida no aumento da receita municipal [...], assinatura de contrato com a municipalidade para o fornecimento de energia elétrica pela Vera Cruz em 1932 [...]; existência de cinco cartórios no município em 1935.”²⁵

Ao mesmo tempo em que apontava o crescimento, segundo Waldick Pereira, o declínio da laranja começou na mesma década de 30 do século XX, em decorrência da segunda Guerra Mundial, pois a quase total interrupção dos transportes marítimos e as dificuldades surgidas nos transportes marítimos e as dificuldades surgidas nos transportes terrestres impossibilitavam o normal escoamento da produção.²⁶ Segundo o autor, no Brasil já havia se instalado uma crise econômica, além da influência negativa da guerra no exterior, também havia racionamento de alimentos e para piorar a situação os produtores reclamavam da falta de apoio por parte do governo federal.

Com expansão econômica da região e o incremento de novos arranjos de trabalho, principalmente ligados à agricultura, desencadeou significativo processo migratório para a Baixada fluminense, principalmente de trabalhadores vindos do Vale do Paraíba, entre as décadas de 20 e 40. Segundo Carlos Eduardo da Costa, no censo de 1920 foi catalogado 33.396 pessoas, número que saltou para 140.606 em 1940. Sobre este processo migratório falaremos mais adiante, por hora é importante salientar que a chegada dessa população que se transfere para Baixada Fluminense em busca tanto de trabalho quanto de terras, trouxe

²⁴ IDEM, p. 136.

²⁵ IDEM

²⁶ IDEM, p.144.

significativas mudanças para região, além do crescimento demográfico e urbano, também contribuiu para ocupação desordenada do território²⁷.

O Pós-abolição na Baixada Fluminense

Os últimos escravizados seus descendentes e os desdobramentos do pós-emancipação são problemas que ganham corpo, expressão e discussão na historiografia nacional. Segundo Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos no trabalho *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas, estudos sobre o pós-abolição*, abarcam numerosa e variadas inquietações:

*“O papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão de obra (imigração) etc. Incluiu também a recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais.”*²⁸

Para fazermos uma discussão bibliográfica sobre o pós-abolição, destacaremos importantes trabalhos que contribuíram de forma relevante para o enriquecimento e difusão do tema.

Em sua obra *Emancipação escrava em Cuba- A transição para o trabalho livre, 1860-1899*, Rebecca Scott faz uso de fontes diversificadas como censo, jornais, revistas, órgãos oficiais, relatórios de província, livros de contas, registros de armazém, entre outros, no intuito de analisar a transição do trabalho livre, apontando as possibilidades para ex-escravos de plantações após a conquista da liberdade jurídica em Cuba como o trabalho assalariado, colonato, trabalho familiar, pequena propriedade ou migração. Na visão da autora, “os libertos cubanos, rurais ou urbanos, procuravam de várias formas aumentar sua autonomia”²⁹. Ao longo do texto a autora discorre sobre os desdobramentos do pós-emancipação que não aconteceu de forma constante nem passiva; assim, para a autora os trabalhadores buscaram:

²⁷ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição : Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense*, RJ. (1888-1940). Rio de Janeiro : IFCS, 2008. p. 119 e 177.

²⁸ RIOS, A. & MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, v. 5, n.º. 8, 2004.

²⁹ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba: a Transição para Trabalho Livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro Campinas: Paz e Terra/Ed. da Inicamp, 1991.

“diferentes tentativas de fazer alguma coisa de sua nova liberdade, porém, não apenas ocorreram ao longo de um contínuo de passividade à atividade, ou da serenidade à violência, ou da plantação ao campesinato. Mas também envolveram uma mistura destes aspectos, dentro das limitações impostas pelo sistema político e econômico, tanto como pela coerção direta.”³⁰

Apesar das restrições que eram impostas aos trabalhadores emancipados de Cuba, eles procuraram diferentes possibilidades de integração, mediante sua liberdade, naquele momento de pós-abolição. O trabalho de Rebecca Scott traz importantes contribuições que possibilitam a compreensão dos desdobramentos e os caminhos para os trabalhadores cubanos com o desmantelamento da ordem escravista em fins do século XIX.

Em seu trabalho, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*, Eric Foner, discutiu os desdobramentos da emancipação após a guerra civil americana, entre 1861 a 1865, utilizando o Haiti e o Caribe como inspiração para analisar o período pós-escravista. Para Foner o desfecho final dessa emancipação não difere de outras experiências como a do Caribe e da África do Sul, contudo o autor enfatiza:

“(...) a singularidade da Reconstrução na história das sociedades pós-emancipação e as mudanças duradouras que a emancipação americana realizou. Por breve que tenha sido seu domínio, a Reconstrução alcançou o objetivo de permitir uma mobilização política e social admirável da comunidade negra, abrindo portas que nunca mais poderiam ser completamente fechadas.”³¹

Importante contribuição da obra é de destacar papel do liberto na busca por direitos civis, por terra e autonomia frente ao descontentamento por parte de fazendeiros, a crescente segregação racial, num período de reorganização social, política e econômica no Sul nos Estados Unidos.

No Brasil, podemos destacar trabalhos como o de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos *“Memórias do Cativo – Família, trabalho e cidadania no pós-abolição”*. Fazendo uso da história oral, as autoras remontam através da memória de ex-escravos e seus descendentes a trajetória da última geração. Ao compilar relatos dos últimos anos anteriores à abolição no antigo Sudeste cafeeiro, o trabalho analisa o passado cativo, seus laços familiares e estratégias adotadas para enfrentar as adversidades extraídas da memória latente no depoimento dos

³⁰ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava...*, op.cit, p.233.

³¹ FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília: CNPQ, 1988. Capítulo II – A política da Liberdade. p. 123

entrevistados. A obra é de expressiva contribuição para o estudo sobre o pós-abolição trazendo novas abordagens e contorno na análise desse passado escravista³².

Outros trabalhos recentes são importantes obras sobre o pós-abolição como a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo da Costa sobre o *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)* onde analisou o processo de migração de trabalhadores libertos e seus descendentes do Vale do Paraíba para a Baixada Fluminense. Através de variadas fontes, principalmente as cartoriais e eclesiásticas, o autor trabalha trajetórias, as estratégias, e os desdobramentos dessa migração no pós-abolição³³.

Tendo como foco a Baixada Fluminense, Nielson Rosa Bezerra nas obras: *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*³⁴ e *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*³⁵ se vale de variadas trajetórias de vida e histórias de antigos moradores do recôncavo do Rio de Janeiro, para reconstruir importantes momentos da história social e econômica da região.

O pós-abolição como problema tem apresentado novos estudos e novos rumos em diferentes perspectivas e olhares e assim procurado rever, discutir e avançar sobre o que já foi feito e o que ainda está por emergir.

“(...)trata-se agora de recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos, seja no que se refere às relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas, de forma a conseguir historicizar também as formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais. Trata-se, portanto, de rever as clássicas relações entre escravidão, racialização e cidadania.”³⁶

Pesquisas concernentes ao pós-abolição no Brasil, são importantes instrumentos que contribuem para a compreensão e elucidação do passado histórico escravista, além de auxiliar

³² RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo**: Família, Trabalho e cidadania no Pós-Abolição. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

³³ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição : Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro : IFCS, 2008.

³⁴ BEZERRA, Nielson Rosa. **A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

³⁵ BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro : APPH-CLIO, 2011.

³⁶ RIOS, A. & MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, v. 5, nº. 8, 2004.

na observação da abolição do cativo não como uma ruptura, mas como um processo com distintos desdobramentos e especificidades. Verificar que essa emancipação aconteceu de forma diferente nas variadas regiões do país onde o trabalho escravo se fazia presente. Rever e compreender as complexas relações entre senhor e escravizado, conceitos como liberdade, cidadania, analisar parentesco, família, compadrio, trabalho, terra e uma infinidade de relações econômicas e sociais que aguardam pesquisas que trará a luz um passado histórico ainda letárgico e ansiando ser desvelado.

Capítulo 2 – Família e Mobilidade Social

Neste capítulo pretendemos analisar as diferentes experiências de mobilidade social, em sociedades que perpassaram pelo período do pós-abolição, visando exemplificar trajetórias, possibilidades e oportunidades que se desenharam para descendentes do cativo com o desmantelamento da ordem escravista.

A proposta de Beatriz Ana Loner no trabalho *Antonio: de Oliveira a Baobad*, é retratar a trajetória de trabalhadores negros e do personagem título, ex-escravo, operário na cidade de Pelotas/RS, em fins do século XIX e início do XX.³⁷ Loner utilizou como fontes, crônicas de jornal e arquivos para delinear sua história e de outros militantes negros. Nascido em 1861, mãe crioula e escrava, Antonio tornou-se livre provavelmente entre os anos de 1880 e 1881. Estudante assíduo das aulas noturnas de um curso básico na Biblioteca Pública, cursos que eram escassos naquele período. Pertencente ao partido e defensor do republicanismo, era ativista político, abolicionista na década de 1880, liderança étnica e sindical e militava em busca de “*direitos e pela integração do negro na sociedade dos novos tempos republicanos.*”³⁸

Em, 1893, fez parte da equipe do jornal *Democracia Social*, um dos primeiros jornais socialista de Pelotas, pelo curto espaço de tempo em que o periódico manteve suas atividades. Entre os anos 1893 e 1897, Antonio Baobad, que até então utilizava o sobrenome Oliveira – nome que herdou de seu ex-senhor – adota “Baobad”, como sobrenome, que designava sua origem e com caráter mais ideológico como ressalta Loner:

“*numa sociedade que tentava esquecer a existência, ainda recente, da escravidão e que desprezara e abandonara à própria sorte os negros, ele se assumia como preto e reivindicava suas origens africanas, inventando seu sobrenome.*”³⁹

Antonio também não fez uso do nome de sua família – mãe e irmão – Ignácio Xavier.

³⁷LONER, Beatriz. A. *Antonio: de Oliveira a Baobad*. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011, v.1, p. 109-136.

³⁸ IDEM, p.127.

³⁹ IDEM, ibidem, p.124.

Antônio Baobab foi o primeiro presidente da União Operária Internacional (UOI), entidade operária socialista na cidade de pelotas criada em 1897 que tinha como proposta basilar, “à proteção do trabalhador como consumidor, por meio da criação de um armazém cooperativo para atenuar os problemas dos operários com a alimentação”.⁴⁰ Em 1899, ele criou o Centro Operário 1º de Maio, entidade constituída principalmente por chapeleiros fulistas - antiga profissão de Baobab⁴¹.

No início do século XX, Antônio Baobab, foi acometido por uma tuberculose pulmonar, doença que de forma progressiva lhe minorou a saúde. Em 1907, filiou-se ao jornal *A Alvorada* como colaborador, cronista e comentarista. Mas em julho do mesmo ano veio a falecer. Por ironia, em seu atestado de óbito, Antonio Baobab, além de sua morte por tuberculose ter sido classificada como natural, sua cor apareceu como branca, de acordo com Loner “apesar de ter feito do estigma [sua condição de negro e escravo] um identificador de sua luta e existência, modelando sua vida de acordo com sua condição de negro, operário, sindicalista e socialista”,⁴² luta intensa que seus amigos continuaram após seu falecimento.

Outra experiência de mobilidade social escrita por Carolina Vianna Dantas analisa a história de vida de Manoel da Motta Monteiro Lopes, em seu trabalho *Trajatória e itinerários de um político negro no pós-abolição*⁴³. Monteiro Lopes, como ficou conhecido, nasceu em Recife, Pernambuco em 1867. Diplomado bacharel em humanidades no Ginásio de Pernambuco em 1883, formou-se em 1889 em Direito, doutorou-se e advogou na cidade até 1892.⁴⁴ Em Manaus foi nomeado promotor público e posteriormente obteve o cargo de juiz de Direito. Em 1894 viajou para o Rio de Janeiro onde advogou até 1903. No mesmo ano, foi eleito membro do Conselho Municipal do Distrito Federal, tendo se destacado neste “órgão pela defesa de benefícios para os operários.”⁴⁵

Homem público, figura conhecida, conquistou a mobilidade social e relevante espaço na política carioca, apesar do racismo velado não somente da imprensa, como de outros

⁴⁰ IDEM, *ibidem*, p.127-128.

⁴¹ IDEM, *ibidem*, p.130.

⁴² IDEM, *ibidem*, p.133.

⁴³ DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição*. In: ABREU, Martha Abreu; Carolina Vianna Dantas. (Org.). *Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010. p. 5-26.*

⁴⁴ IDEM, p.6.

⁴⁵ IDEM, p.8.

setores da sociedade. Figura influente se candidatou, em 1909, pelo Partido Republicano Democrata a Deputado Federal, dedicando-se ferrenhamente à sua campanha. Os periódicos da época noticiavam largamente sua candidatura que muitas vezes depreciavam seu trabalho. Mas Monteiro Lopes saiu vitorioso desbancando políticos mais tradicionais. Por temer ser excluído da representação nacional por ser negro, Lopes propôs arregimentar importantes setores da sociedade a se mobilizarem. De acordo com Dantas,

“A partir daí teve início uma grande mobilização de entidades formadas por negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, em várias cidades do Sul do país, na Bahia e em Pernambuco [...]. Esse movimento resultou em vários telegramas enviados (e publicados) a jornais por todo o Brasil e em cartas enviadas a políticos de prestígio, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Venceslau Brás. Em função desse movimento, durante o ano de 1909, nas cidades de Campinas, Pelotas e Santa Maria no Rio Grande do Sul, foram fundados grêmios, associações e até mesmo um clube de futebol com o nome do deputado.”⁴⁶

Em apoio a Monteiro Lopes, foram deflagrados diferentes protestos de grupos negros em favor de sua diplomação na Câmara. A autora destaca a importância *“da mobilização baseada em uma identidade racial que os rumores da exclusão de Monteiro Lopes da Câmara de Deputados provocaram.”⁴⁷* Apesar de todo alvoroço em torno de sua campanha e eleição, Monteiro Lopes foi empossado dia 30 de Abril de 1909.

Lopes entendia toda a luta em torno de sua candidatura como uma continuação do movimento iniciado em torno da emancipação escrava em 1888. De acordo com a autora,

“Era assim que queria ser visto e guardado publicamente para posteridade: como alguém que conquistou a duras penas a educação formal em instituições renomadas, participou do movimento abolicionista, da campanha republicana e da ruptura de barreiras raciais e do mandonismo oligárquico impostos naquele momento, entrando orgulhosamente pela porta da frente no Parlamento. Unir a abolição e sua posse em uma só comemoração era estabelecer seu lugar (e o lugar dos negros) na história da luta pela liberdade no Brasil e na própria constituição da nação.”⁴⁸

Em decorrência da luta e conquista, várias comemorações em homenagem ao 13 de Maio ganharam corpo naquele ano. Tanta exposição e reconhecimento também renderam a

⁴⁶ IDEM, *ibidem*, p.13.

⁴⁷ IDEM, *ibidem*, p.14.

⁴⁸ IDEM, *ibidem*, p.16.

Monteiro Lopes severas críticas por determinados setores da imprensa, o que não diminuiu sua luta contra os *estigmas e estereótipos da escravidão*. Manoel da Motta Monteiro Lopes morreu no ano seguinte⁴⁹.

Segundo Dantas, a Proclamação da República em 1889 trouxe uma nova constituição - liberal e federalista -, mais excludente, e inibindo a maior parte da população de participar da política do país. Poucos tinham acesso ao voto, e de acordo com a autora a *despolitização formal* aumentou as restrições que marcaram o início do governo republicano, impostas a população sem direitos políticos e garantia de uma educação formal gratuita por parte do governo.⁵⁰

Dantas chamou atenção do campo aberto para o estudo de camadas mais excluídas da população e os novos sujeitos antes alijados da historiografia como fecundo terreno de pesquisa. Dessa forma, resalta a importância de trazer a tona trajetórias de afrodescendentes e os desdobramentos até então obscuros, do pós-abolição no período da Primeira República corrigindo alguns silêncios da historiografia.⁵¹

Carlos Eduardo da Costa em sua dissertação de mestrado, *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*, analisa a trajetória de famílias que migraram do Vale do Paraíba, para a Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX.⁵² Neste intuito, Costa, destrinchou o pós-abolição e seus desdobramentos para a população descendente da escravidão, a crise econômica e, conseqüentemente, o processo de migração, porque e para onde migrar, as trajetórias individuais dos descendentes de libertos, e, posterior estabilização em diferentes regiões da Baixada Fluminense, além da busca por registros civis.

No intuito de exemplificar a trajetória e refazer os caminhos percorridos por estes descendentes de libertos o autor faz uso de história oral - entrevistas do acervo “*Memórias do Cativo*” feitas por Ana Rios, Robson Martins e Hebe Mattos - através do depoimento dos

⁴⁹ IDEM, *ibidem*, p.21.

⁵⁰ IDEM, *ibidem*, p.22.

⁵¹ IDEM, *ibidem*, p.23-24.

⁵² COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição : Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro : IFCS, 2008.

netos de *Vô Dionísio*, antigo morador, nascido (1866) e criado na Fazenda São José da Serra em Valença/RJ, local onde viveu com seus pais e nasceram seus filhos e netos⁵³.

Segundo relatos, na década de 1920, com a escassez de trabalho na região alguns de seus parentes partiram em direção a Baixada Fluminense. Costa ressalta que inicialmente esta migração era sazonal, e os familiares de Dionísio retornavam sempre que podiam para ajudar na economia familiar. Com o tempo esta mobilidade se desfez, fazendo com que famílias se estabilizassem fora do Vale do Paraíba e migrasse de vez da região⁵⁴. Ainda de acordo com o autor, teria sido o crescimento econômico da laranja e o desenvolvimento urbano da Baixada Fluminense, no primeiro quartel do século XX, alguns dos fatores de mobilização desse movimento de migração.⁵⁵

Como estratégia para essa população provinda da escravidão escapar da difícil situação econômica e social que enfrentaram foi migrar para buscar recursos: “*migrar para muitas famílias, como as encontradas durante a pesquisa, significou uma mudança radical de vida*”⁵⁶. Algumas famílias se mantiveram no Vale do Paraíba, outras se estabilizaram em diferentes regiões da Baixada Fluminense e trouxeram consigo outros parentes também em busca de oportunidades, dessa forma:

*“Ao conseguirem se estabilizar na Baixada Fluminense, suas casas se tornaram ponto de encontro dos familiares que buscavam alternativas de sobrevivência. Até os dias de hoje, praticamente uma rua inteira, em Queimados, está ocupada pelos familiares de Dionísio.”*⁵⁷

Essas famílias que migraram e se estabilizaram, mantiveram vínculo e preservaram laços de solidariedade com os parentes que ficaram ou que buscavam alternativas de sobrevivência na Baixada Fluminense.

Nos trabalhos, *Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição*⁵⁸ e *Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade*

⁵³ IDEM, *ibidem*, p.49.

⁵⁴ IDEM, *ibidem*, p.85.

⁵⁵ IDEM, *ibidem*, p.89.

⁵⁶ IDEM, *ibidem*, p.179.

⁵⁷ Entrevista: Florentina Seabra do Nascimento, 2006, AP, Apud IDEM, *ibidem*, p.60.

⁵⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição (Nova Iguaçu, século XX)*. 6º Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC. Em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>.

em Nova Iguaçu,⁵⁹ Álvaro Pereira do Nascimento, expõe duas trajetórias singulares de homens negros na Baixada Fluminense nas primeiras décadas do século XX: Francisco Caetano Madeira e Silvino Hyppolito de Azeredo. É a história de diferentes profissionais e grandes empreendedores que buscaram em suas vidas, distintas possibilidades de ascensão econômica e social, em um período e região em processo de transformações.

Segundo o autor, que está em processo de pesquisa da trajetória de Francisco Madeira, a história deste negro, que viveu em Nova Iguaçu, “*poderia ser inadvertidamente entendida como a de branco.*”⁶⁰ Segundo relatos de sua filha Almerinda Almeida, seu pai era dono de um sítio e de caminhões de transporte. Em 1922 esteve envolvido na Revolta de Copacabana, provavelmente no fim desta década, já trabalhava no ramo da citricultura. Em 1939, ele possui um Registro Federal como Exportador de Frutas.⁶¹ Nascimento relata que a importância de Francisco Madeira como produtor e exportador de laranjas não era pequena. Mas sua situação muda com o advento da crise na citricultura na década de 40 e em 1947 ele troca de atividade comercial, passando a cuidar de um botequim.

*“A trajetória de Francisco Caetano Madeira revela a história de um homem negro que no pós-abolição vivenciou um processo de luta desde sua infância pobre, passando a soldado do Exército, perseguido como revoltoso, produtor e comerciante local de frutas, exportador e, em sua queda, a propriedade de um reles botequim na atual cidade de Queimados (emancipada de Nova Iguaçu recentemente). Procurou dar trabalho e oportunidades aos filhos, mas a guerra e a decadência da citricultura o impediram de ver seu negócio progredir pelo resto de sua vida.”*⁶²

O trecho acima, nos expõe uma difícil e peculiar trajetória de um negro que procurou melhorar sua conjuntura social e financeira, enfrentou percalços, mas nos deixa de herança seu passado como sujeito histórico, que na complexidade do pós-abolição, soube se adaptar a novas formas de trabalho e buscar diferentes oportunidades de inserção.

Outro importante personagem morador da Baixada Fluminense é Silvino Hyppolito de Azeredo que aos 58 anos, em 1917, fundou o jornal *Correio da Lavoura*, em funcionamento

⁵⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu. XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013. Em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364755906_ARQUIVO_HomensnegrosemIguacu.pdf.

⁶⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu. XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013. Em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364755906_ARQUIVO_HomensnegrosemIguacu.pdf. p. 1.

⁶¹ IDEM, p.2.

⁶² IDEM, p.5.

até os dias atuais. De provável descendência negra, foi registrado como pardo em seu óbito. De acordo com relatos de seu segundo seu filho Avelino Marins Azeredo, ele estudou até o terceiro ano de Medicina e Farmácia, lecionou Matemática e “em 1913 foi indicado como relator da comissão de revisão dos estatutos da Caixa Auxiliadora dos Empregados das Capatazias, da qual foi eleito presidente a 22 de abril de 1914.”⁶³ Em 1928, criou o semanário *A Crítica*, que cobria a vida social e cultural da cidade de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro.⁶⁴

Segundo Álvaro Pereira do Nascimento, Silvino Hyppolito de Azeredo, fundou o *Correio da Lavoura* em substituição a outro jornal local, o *Iguassú*, como órgão independente. Era uma importante fonte de informação da localidade, e as suas primeiras edições, versavam principalmente sobre assuntos como *saúde, à higiene, à educação e à produção rural*,⁶⁵ temas que provavelmente tenha entrado em contato ainda nos tempos de faculdade.

A família retorna a Nova Iguaçu em 1908 por prováveis problemas relacionado a crise cafeeira em fins do século XIX que atingiu Paty de Alferes, município de Vassouras/RJ região em que sua família residia. De acordo com Nascimento:

*“Embora mulato e de passado escravo, Silvino Hyppolito de Azeredo não incentivou a produção e a veiculação de crônicas com tintas mais fortes sobre as condições dos negros no pós-abolição. Diferentemente de redatores negros de cidades como Campinas e Rio Claro, em São Paulo e Pelotas no Rio Grande do Sul, ele preferiu adotar uma versão mais noticiosa no jornal, capaz de agradar ao público em geral, aproximando-se do conteúdo publicado nos diários da grande imprensa da capital.”*⁶⁶

Apesar de parecer indiferente aos problemas de cor dos cidadãos daquela região, o autor nos alerta que Silvino Hyppolito de Azeredo tinha consciência da situação.⁶⁷ No entanto, ele não era alheio a problemas sociais, pois demonstrava grande preocupação com temas como saúde, educação da população – assunto que aparecia de forma recorrente em artigos do jornal – e

⁶³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição (Nova Iguaçu, século XX)*. 6º Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC. Em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>. apud DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916- 1950)*. Niterói, Pós Graduação em Educação, UFF, 2012.p.11.

⁶⁴ IDEM, ibdem, p. 9-10.

⁶⁵ IDEM, ibdem, p. 13.

⁶⁶ IDEM, ibdem, p. 14.

⁶⁷ IDEM, ibdem, p. 15.

higiene como meios de solucionar problemas nacionais e “*caminhos para a mudança*”.⁶⁸ Seu sexto filho, Silvino de Azeredo Filho manteve o jornal Correio da Lavoura até sua morte em 1987.⁶⁹

Essas histórias esboçam os caminhos e possibilidades para os cidadãos de cor, descendentes de escravo em um período de transição econômica e social em uma região que também passava por um processo de crescimento econômico.

Outro importante projeto que contribuiu para alargar as discussões relacionadas ao pós-abolição e exemplificar trajetórias de descendentes de escravos na Baixada Fluminense é o artigo *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição*⁷⁰ de Álvaro Pereira do Nascimento, onde o analisa o deslocamento para as cidades de Nova Iguaçu e Mesquita, “*as possibilidades de emprego, os conflitos de terra, as chances de formação educacional e profissional, as áreas ocupadas e os costumes e valores*” de migrantes ex-escravos no período pós-abolição.⁷¹

Ao longo do texto o autor discorre sobre a história da Baixada Fluminense, seu desenvolvimento econômico, social, seu período de crise, crescimento demográfico decorrente da migração, os trabalhadores escravos e quilombolas Além de diferentes histórias de descendentes de escravos que se deslocaram ou “*peregrinaram em busca de uma oportunidade de trabalho*”⁷² migrando para nova Iguaçu. O trabalho, ainda em construção, se mostrou importante mecanismo para a discussão tanto da historiografia quanto do complexo processo do período pós-emancipação na Baixada Fluminense.

A Importância da Família para mobilidade Social

Trataremos neste momento, a função da família como importante engrenagem no processo de mobilidade social. Observando que a família associada a outros fatores (como educação) são de significativa relevância para a obtenção de ascensão econômica e social no pós-abolição.

⁶⁸ IDEM, ibdem, p. 13.

⁶⁹ IDEM, ibdem, p.12.

⁷⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição* (Nova Iguaçu, 1880-1980). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300492867_ARQUIVO_Artigo.pdf.

⁷¹ IDEM, p.1.

⁷² IDEM, p.5.

Com o objetivo de comparar experiências coletivas de pretos e pardos com a de brancos no período pós-abolição no antigo município de Iguassú, Carlos Eduardo da Costa, em sua tese *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense*⁷³ argumenta que “além da mudança demográfica, o acesso à família nuclear e ampliada poderia ser um claro sinal de possibilidade de ascensão social e de melhores condições de vida.”⁷⁴

Segundo Costa, houve grande busca por parte de pretos e pardos pelo registro civil e este fato seria um indício de estabilidade. Na década de 1890 eles representaram a grande maioria dos registros.⁷⁵ No decorrer do texto, o autor aponta como essas famílias se estruturam ao longo do tempo. Muitos optaram por permanecer na Região da Baixada Fluminense, no Município de Nova Iguaçu, depois de terem acesso ao que o autor chama de família nuclear e ampliada, por intermédio da aquisição da pequena roça.⁷⁶ Assim, a aquisição da família ampliada seria uma das razões da permanência na região.

Através de análise de dados, Costa constata que famílias de não brancos não tinham o costume de “construir famílias ampliadas em prol da segurança dos bens, após a abolição. Afinal, muitas delas atravessaram o período sem adquirir grandes bens e/ou mesmo propriedades.”⁷⁷ No entanto o autor conclui que houve aumento significativo de membros nessas famílias ao longo do tempo, assim como a necessidade de legitimá-la, “quanto maior a família, maior a probabilidade de aumentar os bens adquiridos.”⁷⁸ Para o autor o aumento do número de familiares está ligado à ascensão social e a conseqüentemente melhora condição de vida⁷⁹ e resalta que, neste período de pós-abolição “parece não ter havido impedimentos ao acesso a burocracia do Estado, e tampouco à formação de família para egressos do cativo.”⁸⁰

Para Carlos Eduardo da Costa, acesso à educação é outro importante meio para verificação da mobilidade social. Neste sentido, acompanhamos em determinadas histórias,

⁷³ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Tese de Doutorado em História Social do Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

⁷⁴ IDEM, p.61. Costa entende como *família nuclear*, a relação composta por pai, mãe e filhos solteiros ou sem família formada, a *família ampliada*, agrega os filhos com famílias próprias e/ outros parentes de mesmo sangue [...]

⁷⁵ IDEM, p.71.

⁷⁶ IDEM, p.71.

⁷⁷ IDEM, p.121.

⁷⁸ IDEM.

⁷⁹ IDEM, p.122.

⁸⁰ IDEM, p.102.

exemplificadas aqui, como a educação foi importante arcabouço para trajetória desses indivíduos. Como Manoel da Motta Monteiro Lopes ou simplesmente Monteiro Lopes como ficou conhecido, iniciou sua educação no Ginásio de Pernambuco, se diplomou bacharel em humanidades e formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife. Segundo Carolina Viana Dantas “*embora fosse pobre e tenha passado por privações, a família Monteiro Lopes tinha um projeto de ascensão social e de inserção no mundo dos brancos baseado na aquisição da educação formal e na busca por reconhecimento público.*”⁸¹ Monteiro Lopes foi importante personagem da mobilização negra no período pós-abolição no Rio de Janeiro. Silvino Hyppolito de Azeredo, fundador do jornal *Correio da Lavoura*, jornal de Nova Iguaçu, não concluiu o ensino superior mais cursou até o terceiro ano de Medicina e Farmácia; estudo este que serviu de referência para muitos temas que abarcaram amiúde os artigos do *Correio da Lavoura*.⁸²

Para o autor “*a mudança da cor não estava totalmente vinculada à mobilidade social do indivíduo.*”⁸³ Apesar de encontrarmos em algumas das trajetórias apresentadas neste trabalho que indicam a mobilidade social ligada a cor. Como foi o caso de Antonio Baobad,⁸⁴ que nasceu negro de acordo com sua inscrição no livro de escravos e após uma vida como sindicalista, operária e socialista, em seu atestado de óbito consta ele morreu como um indivíduo branco.

Gaspar José Soares e sua trajetória política.

Com o objetivo de traçar a trajetória política de Gaspar José Soares - subdelegado de polícia, vereador por cinco mandatos, proprietário, negociante, escrivão e advogado - partimos da imagética fotografia retirada por ocasião - ou comemoração - de uma nova eleição. Seria o seu segundo mandato como vereador na até então cidade de Maxambomba, município de Iguassú.

⁸¹ DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes...*, op,cit, p.6.

⁸² NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras...*, op,cit,p.11.

⁸³ COSTA, Carlos Eduardo C. da. *De Pé Calçado...*,op,cit, p.153.

⁸⁴ LONER, Beatriz. A. *Antonio: de Oliveira a Baobad...*,op,cit, p.133.

Imagem 1 – Foto da posse dos Vereadores do Município de Nova Iguaçu em 1919.



Fonte: BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.p.80.

Esta imagem pode ser encontrada no livro coordenado por Ney Alberto Gonçalves de Barros, *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*⁸⁵, em exposição na Câmara Municipal de Nova Iguaçu -imagem retirada do jornal Correio da Lavoura publicada posteriormente - e nos documentos do professor Ney Alberto Gonçalves de Barros, digitalizados pelo Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) IM/UFRRJ. Logo abaixo da fotografia podemos ler a seguinte descrição:

“Vereadores (1919 – 1921)

*Da esquerda para a direita: Gaspar José Soares, Izaac Manoel da Câmara, Alberto Mello, João Telles Bittencourt, Peregrino Esteves de Azevedo, Nicolau Rodrigues da Silva (funcionário), Alfredo Soares e Alberto Travassos Veras (em pé); Octávio Áscoli, Ernesto França Soares (presidente) e Pythias de Castilho Lobo (sentados).”*⁸⁶

⁸⁵ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.p.80.

⁸⁶ IDEM.

De acordo com as Atas, Arquivos da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (C.M.N.I.) discriminados no livro coordenado por Ney Alberto Gonçalves de Barros, *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, seu primeiro mandato como vereador foi registrado entre os anos de 1917-1918. Podemos também encontrar noticiado no Correio da Lavoura à eleição daquele ano:

“Novo Governo Municipal

Perante a Câmara Municipal, tomaram posse hoje às 13 horas da tarde, os novos vereadores eleitos para o triênio 1919 a 1921. Os novos vereadores, que de hoje em diante constituirão o governo do nosso município, são os seguintes: Coronel Ernesto França Soares, Dr. Octávio Áscoli, Coronel João Telles Bittencourt, Capitão Pythias de Castilho Lobo, Capitão Peregrino Esteves de Azevedo, Coronel Alberto Soares de Souza e Mello, Major Izaac Manoel da Câmara, Capitão Gaspar José Soares, Major Joaquim Quaresma de Oliveira, Capitão Antônio Furtado de Sá Freire.”⁸⁷

Neste período, o Correio da Lavoura, antigo jornal semanal de Nova Iguaçu ainda em circulação, podíamos encontrar amiúde em seu conteúdo notas sobre o cotidiano político da cidade.

De acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro de 1911, o município de Iguassú, contava com 24.000 habitantes e 1371 eleitores distribuídos pelas seguintes paróquias: Santo Antonio de Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, São João de Merity, Sant’Anna de Palmeiras, Nossa Senhora do Pilar, e os termos de Igussú e Itaguahy. O presidente da administração municipal era o Coronel Bernardino José de Souza e Mello, tendo como vice, Capitão Joaquim de Barros Peixoto tendo a região sete vereadores. Gaspar José Soares, neste período, ocupava a função de delegado escolar, e o corpo docente era composto por 2 professoras públicas e 1 professor particular⁸⁸.

A primeira aparição de Gaspar José Soares na vida política foi no jornal Gazeta de Petrópolis em 14 de fevereiro de 1899, noticiando a posse na Câmara Municipal de Iguassú, dos últimos vereadores eleitos, e no dia 09 do mesmo mês, na cidade de Maxambomba, onde

⁸⁷ Correio da Lavoura, 22 de Junho de 1919. Nº 117 – Ano III. Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) IM/UFRRJ.

⁸⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1911. p.1723. Acessado em: memoria.bn.br

está registrada a presença de Gaspar José Soares, ainda como subdelegado de polícia, profissão que abordaremos mais adiante ⁸⁹.

Em 04 de dezembro de 1909, no Correio da Manhã, lemos a seguinte notícia:

*“Estado do Rio de Janeiro-Iguassu – O diretório do partido que apoia o governo do Dr. Alfredo Backer, no município de Iguassú, apresenta os seguintes cidadãos para vereadores, na próxima eleição a realizar-se no dia 19 de dezembro (...) Os cidadãos indicados são todos dignos de sufrágios dos Iguassuanos (...) Gaspar José Soares(...)”*⁹⁰

Estado do Rio de Janeiro
IGUASSU'

O directorio do partido, que apoia o governo do dr. Alfredo Backer, no município de Iguassú, apresenta os seguintes cidadãos para vereadores, na proxima eleição a realizar-se no dia 19 do corrente, e para juizes de paz, no 1º e 2º districtos deste município, ficando a indicação de juizes de paz nos outros districtos a cargo dos respectivos chefes districtaes. Os cidadãos indicados são todos dignos dos suffragios dos Iguassuanos, e, uma vez eleitos, pugnarão, sinceramente, pelo progresso do município e pela satisfação de reaes necessidades locais.

O eleitorado conhece bem os candidatos abaixo indicados, e, por isso, o directorio se julga dispensado de maior apresentação, esperando que os seus amigos e correligionarios concorram ás urnas para o triumpho completo dos candidatos do nosso partido.

Para vereadores:
Coronel Ernesto França Soares, capitão Gaspar José Soares, tenente Amaro Carneiro Barbosa, capitão Antonio Rodrigues de Mattos, coronel José da Costa Feijó, coronel Cândido Joaquim Tinoco de Sant'Anna, pharmaceutico João de Castro Vieira, capitão João Telles de Bittencourt, Herculano Fernandes Pereira, Izac Manoel da Camara.

1º districto:—Para juizes de paz: capitão Olympio Soares, Claudino José Cardoso, José de Sene Araujo.

2º districto—Francisco Silvestre dos Santos, Alvaro Moreira Azambuja, Fernando Antonio Langer.

Maxambomba, 1º de dezembro de 1909. Pelo directorio, o presidente, coronel Ernesto França Soares.

Loteria de S. Paulo
Extrahe-se depois d'amanhã a loteria do plano de 20.000\$000, por 2\$000, e em 9 do corrente o de 40.000\$000, por 4\$000. Quinta-feira, 23 de corrente, grande e extraordinaria Loteria do Natal, 200.000\$, por 8\$000.

Fonte: Correio da Manhã (RJ), 04 de dezembro de 1909, p.6.

Não temos registro de sua vitória nesta eleição, pois como já foi dito, seu primeiro mandato registrado foi no ano de 1917. No livro *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, consta que entre os anos de 1904 a 1915 não há fontes locais para confirmar esses dados. Em 1917, Gaspar José Soares já aparece como vereador no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, o município conta então com os seguintes distritos: *Jacutinga (cuja sede é a cidade de Nova Igussú), Marapicú, Iguassú, Merity, Palmeiras e Pilar, paróquias do mesmo nome* e os seguintes povoados: *Queimados, Austin, Brejo,*

⁸⁹ Gazeta de Petrópolis (RJ) 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em: memoria.bn.br

⁹⁰ Correio da Manhã (RJ), 04 de dezembro de 1909, p.6. Acessado em: memoria.bn.br

Pavuna, Merity, Engenheiro Vieira e Jeronymo Mesquita. Sua população é de 24.226 habitantes e um total de 1735 eleitores.⁹¹ Infelizmente, nos anos entre 1922 e 1923 não há registro nas Atas.

Verificando sua atuação política na Câmara, vemos que em 1918, foi publicado no Diário Oficial da União (Seção 1), uma moção apresentado por Gaspar José Soares em apoio e solidariedade ao então presidente da República Wenceslau Braz. Também encontramos o mesmo texto no livro de Atas da Câmara dos Vereados de Nova Iguaçu.

“NOTICIÁRIO

Secretaria da Câmara Municipal de Iguassú — Nova Iguassú, 16 de janeiro de 1918 — Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, D. D. Presidente da Republica — De ordem do Exmo. Sr. presidente tenho a honra de comunicar a V. Ex. que, em sessão de 10 do corrente e de acordo com a lei em vigor, foram eleitos para constituírem a Mesa desta câmara municipal no presente exercício os Srs. vereadores: coronel Ernesto França Soares, presidente; capitão Antonio da Silva Chaves, vice-presidente e capitão Pithyas de Castilho Lobo, secretário. Comunico também a V. Ex., de ordem do Exmo. Sr. presidente que na referida sessão foi apresentada pelo vereador Gaspar José Soares e aprovada pela Câmara a moção seguinte: “À Câmara Municipal de Iguassú assegura o seu inteiro apoio e solidariedade ao Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, Presidente da República, em todas as medidas que o alto patriotismo de S. Ex. adotar e os mais francos aplausos pela serena energia com que tem defendido o brio e dignidade nacionais. “ Cordiais saudações. — O secretario, Nicolau Rodrigues da Silva.”⁹²

Em nossas pesquisas constatamos que poucas foram às moções registradas no livro de Atas da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, o que nos alerta sobre o possível trabalho desenvolvido por Gaspar José Soares enquanto vereador da região.

Ele ainda foi reeleito para os mandatos de 1924 – 1927, de 1927 – 1929, e seu último registro como político do município de Iguassú foi no ano de 1930. Ney Alberto Gonçalves de Barros atenta para o seguinte fato; *“Eleições de 22 de Setembro de 1929. O período legislativo deveria ter ido até 1932. Foi interrompido pela Revolução de 1930.”⁹³* Ou seja, sua atuação no mundo da política legislativa foi interrompida pela entrada de Vargas no poder.

Nas sessões realizadas e registradas no livro de Atas da Câmara Municipal entre 08 de Janeiro de 1918 a 02 de Julho de 1921, a presença de Gaspar José Soares é extremamente

⁹¹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1917. p.1717. Acessado em: memoria.bn.br

⁹² Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 17 de janeiro de 1918, p. 41.

⁹³ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord). Memória da Câmara..., op.cit, p.41

assídua. Sua assinatura apareceu em quase todas as sessões registradas. Ao analisar o livro das Atas das reuniões de vereadores no edifício da Câmara no Município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1918 a 1921, nos deparamos com um fato singular relacionado a Gaspar José Soares: as sucessivas tentativas de se eleger a cargos da Mesa de Vereadores. Ele se candidatou repetidas vezes aos cargos de vice-presidente e secretário da Mesa. Até onde conseguimos apurar nas Atas, ele não foi bem sucedido em nenhuma de suas tentativas registradas entre os anos de 1918 a 1924. Entretanto sabemos por meio de outras fontes que Gaspar José Soares obteve seu intento em outra oportunidade.

Na eleição que ocorreu em 10 de janeiro de 1918, Gaspar José Soares se candidatou a vice-presidente da Mesa. A votação foi feita com cinco cédulas seu concorrente Capitão Antonio da Silva Chaves obteve 4 votos e o Capitão Gaspar José Soares, um voto. Sendo declarado eleito pelo presidente da mesa o capitão Antônio da Silva Chaves. Nesta mesma eleição ele se candidatou a secretário e também recebeu 1 voto, provavelmente o seu, sendo eleito ao cargo com quatro votos o capitão Phythias de Castilho Lobo.

Em 11 de fevereiro de 1919, ele novamente se candidatou a secretário da mesa, perdendo desta vez por 7 votos a 1 para Phythias de Castilho Lobo. Na eleição de 12 de junho de 1919 consta na Ata a sessão solene de instalação e posse dos Srs. Vereadores e Juízes de Paz para o triênio de 1919 a 1921, Gaspar mais uma vez se candidatou a vice-presidente, perdendo para Octávio Ascoli por 7 votos a 1, em votação com oito cédulas. Novamente nas eleições de 01 de janeiro de 1920, ele perde para Octávio Ascoli por 7 votos a 1.

Em sessão extraordinária de 04 de Junho 1920, em decorrência do falecimento do Coronel Ernesto França Soares, então presidente da Câmara, Gaspar José Soares perde mais uma vez a eleição para vice-presidente para o Coronel Alberto Soares de Souza e Mello por 7 votos a 1. No dia 08 de Janeiro de 1921 ele não se candidata nem a presidente nem a vice, ele se candidata a secretário e perde mais uma vez para Capitão Phythias de Castilho Lobo por 5 votos a 1. No total contamos seis derrotas consecutivas.

No ano de 1924, podemos encontrá-lo atuando nas políticas estaduais e nacionais, uma vez que se prontificou a trabalhar como presidente da mesa nas eleições para Senado e Deputados Federais do antigo município de Iguassú.

*“Boletim — A mesa eleitoral da 2ª secção do 1º distrito do município de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, declara para os devidos efeitos que, na eleição para Senador e Deputados federais, realizada hoje, compareceram e votaram perante ela eleitores em número de duzentos e sete e deixaram de comparecer cento e noventa eleitores, tendo sido apurado o seguinte resultado: para Senador Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 207 votos; para Deputados federais: Morado Magalhães Gomes, 235 votos; Galdino do Valle Filho, 151; Joaquim Francisco Moreira, 154; José Cesar de Magalhães Primo, 154; João Severiano da Fonseca Hermes, 154; Norival Soares de Freitas, 151; José Tolentino de Carvalho, 20; Manoel Reis, 10. 17 de fevereiro de 1924. — Presidente da mesa, Gaspar José Soares. Mesário, Gentil de Carvalho.”*⁹⁴

No dia 05 de maio de 1929, o periódico *A Manhã*, noticia a instalação da câmara Municipal de Nova Iguassú, tendo como secretário da mesa, o então ainda vereador Gaspar José Soares.⁹⁵ Em ambos os casos podemos verificar que após muitas tentativas, ele galgou uma posição superior na Câmara dos Vereadores.

Mediante o exposto, não podemos negar o quão assíduo e empenhado foi Gaspar José Soares no ramo da política. Suas constantes tentativas, até onde conseguimos apurar, em galgar uma posição na mesa Câmara de Vereadores, nos faz refletir sobre possíveis dificuldades que encontrava ao exercer sua função. As razões pela qual, por tantas vezes, foi impedido de conquistar um espaço nem tão privilegiado na Câmara, pode provavelmente estar ligado a um preconceito relacionado à sua cor, em nossas investigações, nenhum outro candidato que tenha tentado se eleger, perdeu tantas vezes, longe disso. Pesquisas mais apurada esclarecerão com mais profundidade os percalços vividos por Gaspar José Soares, um cidadão negro na política Fluminense.

⁹⁴ *Diário Oficial da União DOU*, Seção 1, 28 de fevereiro de 1924, p. 25.

⁹⁵ *A Manhã* (RJ) 05 de Maio de 1929, p.5. Acessado em: memoria.bn.br

Capítulo 3 – Família, Trabalho e Negócios.

Gaspar José Soares nasceu no dia 17 de junho de 1864, filho legítimo de José Maria Mendes Soares e Maria José da Conceição, foi batizado sete meses depois, em 18 de janeiro de 1865.⁹⁶ Não localizamos o assento de seu primeiro casamento nem de óbito de sua primeira esposa Rita Soares de Freitas, sabemos que com ela, ele teve seu primeiro filho Alberto de Freitas Soares, nascido em 17 de agosto de 1894.⁹⁷

Gaspar José Soares se casou novamente em 29 de julho de 1899 com Dona Maria de Sá Bittencourt pelo regimento comum e costumes do Estado, ele então viúvo com 34 anos e ela solteira com 15 anos de profissão doméstica. Sua profissão registrada no assento de casamento é a de proprietário, sendo natural e residente naquele distrito de Iguassú.⁹⁸ Em seu segundo casamento, teve mais três filhos: Aristides, Arthur Soares e Octávio Soares.

Seu filho mais velho, Alberto, nasceu em 07 de agosto de 1894, sua mãe era Rita Soares de Freitas e aparece no assento como doméstica. Em nossas pesquisas encontramos outras certidões de nascimento, onde localizamos dois de seus filhos Amadeu, que nasceu em 1918 e Ondina que nasceu 1924. Este é o único documento em que localizamos Rita Soares de Freitas e seus pais, Antonio José de Freitas e Maria Soares da Rosa Freitas.⁹⁹

Fruto de seu segundo casamento com Maria de Sá Bittencourt Soares, seu segundo filho Aristides, nasceu em 1904.¹⁰⁰ Arthur Soares, seu terceiro filho nasceu dez anos depois, em 1914.¹⁰¹ Ambos os assentos tiveram como declarante o próprio pai. Localizamos seu quarto filho, Octávio Soares, de profissão funcionário público, através da certidão de nascimento do neto de Gaspar José Soares, Fernando Luiz Cruz Soares, nascido em 1939.¹⁰²

Com o falecimento de sua mãe Maria José da Conceição Soares, aos 55 anos, de tísica Mesentérica (categoria Infectocontagiosa) em 1894, conseguimos encontrar sua irmã Anna

⁹⁶ Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865.

⁹⁷ Family Search, Livro: 4 - Assento: 85 – 09 de Agosto de de 1894.

⁹⁸ Family Search, Livro:1 - Assento: 299 -21 de Julho de 1899.

⁹⁹ Family Search, Livro: 4 - Assento: 85 – 09 de Agosto de de 1894.

¹⁰⁰ Family Search, Livro : 9 – Assento : 176 - 24 de julho de 1904.

¹⁰¹ Family Search, Livro : 49 – Assento : 6154 - 28 de agosto de 1934.

¹⁰² Family Search, Livro :60- Assento :14888 16 de julho de 1939.

Izabel Soares, em sua certidão de óbito.¹⁰³ Gaspar José Soares aparece como subdelegado de polícia, então com 31 anos e sua irmã com 25 anos.

Seu pai faleceu em 16 de maio de 1902¹⁰⁴, o convite para a missa em lembrança do falecimento de seu pai José Maria Mendes Soares está no *Jornal do Brasil*, no dia 15 de Junho de 1902.¹⁰⁵ Gaspar José Soares faleceu em 14 de maio de 1955, com 90 anos, de infarto do miocárdio e arteriosclerose cerebral.

“Aos 14 dias do mês de Maio de 1955, em meu cartório compareceu Amaury Ferreira da Silva com 22 anos de idade natural deste Estado, profissão comércio, residente neste distrito, exibindo atestado do Doutor Alfredo Soares, declarou em Rua Bento Vasconcelos, 73, nesta circunscrição, faleceu de infarto do miocárdio, arteriosclerose cerebral no dia 13 de maio de 1955 às 19 horas Gaspar José Soares, do sexo masculino, de cor branca, profissão proprietário, natural deste Estado, com 90 anos de idade, estado civil casado com Maria de Sá Soares, no lugar Nova Iguaçu, no cartório 1º Circunscrição, residente e domiciliado nesta cidade, filho legítimo de José Maria Mendes Soares, natural deste Estado e de Maria José da Conceição, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente neste distrito e vai ser sepultado no cemitério desta Cidade. Deixou bens? Sim. Fez testamento? Não. deixou filhos? Sim. Muitos desta zona, Título nº 213.”¹⁰⁶

Em nossas pesquisas não encontramos significativa notícia em qualquer jornal, sobre seu falecimento, talvez por ter Gaspar José Soares, falecido já com idade avançada, tendo se distanciado a muito da vida política. No *Diário Carioca*, do dia 17 de maio do mesmo ano, encontramos um pesar pelo seu falecimento do Sr. Luís Guimarães, nota entre tantas outras que com certeza passou despercebido por muitos.¹⁰⁷

¹⁰³ Family Search, Livro : 2 – Assento : 409 - 1894.

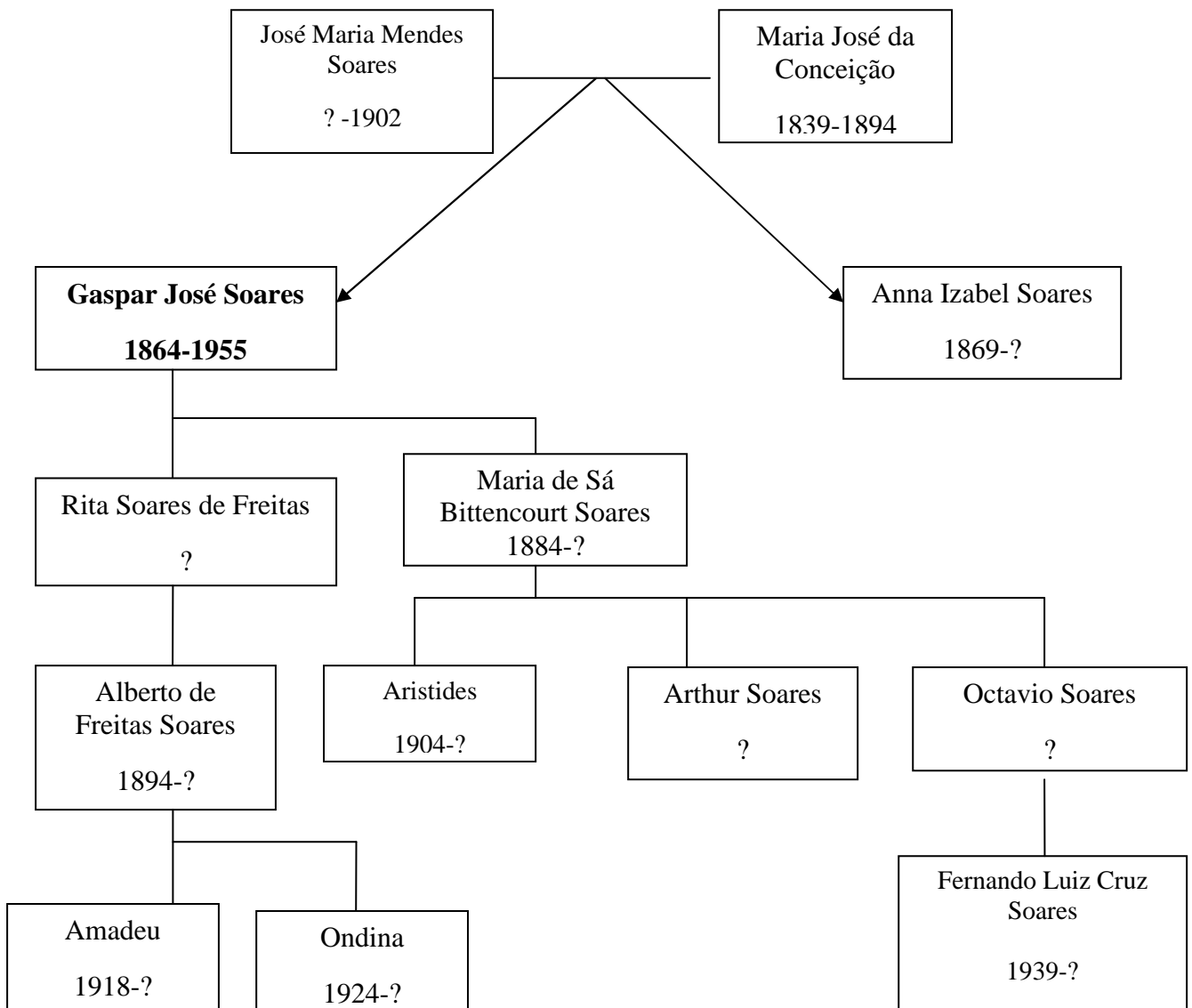
¹⁰⁴ Family Search, Livro : 5- Assento : 110 – 16 de Maio de 1902.

¹⁰⁵ *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de Junho de 1902. p. 10. Acessado em: memoria.bn.br

¹⁰⁶ Family Search – Livro : 45 - Termo : 21166 – 14 de Maio de 1955.

¹⁰⁷ *Diário Carioca*, 17 de Maio de 1955, p.3. Acessado em: memoria.bn.br

Gráfico 1 - Genealogia da família de Gaspar José Soares



Fontes: Registros de Casamento, batizado e óbito acessado em <https://familysearch.org/>

Pouco ainda sabemos a respeito da família de Gaspar José Soares. Seu pai nasceu em Portugal, sua mãe era natural de Nova Iguaçu, pressupomos que a cor negra de Gaspar José Soares seja herança de sua mãe. Também não temos relato sobre a profissão de seus pais e parentes o que nos dificulta concluir suas possibilidades educacionais e ofícios. O sobrenome Soares na história do município de Nova Iguaçu é bastante extenso e com muitas ramificações. Até o momento não conseguimos relacionar Gaspar José Soares com outros tantos políticos e famílias influentes que fizeram parte do passado da localidade.

Os Ofícios

Podemos considerar Gaspar José Soares um cidadão polivalente no que tange sua vida profissional. Até onde pudemos apurar em nossas primeiras pesquisas, sua trajetória em ocupações de ofício foi relativamente permeada por labores variados e inclusive presumimos, foi assíduo cumpridor de suas tarefas.

As primeiras ocupações que temos registradas foi a de negociante e subdelegado de polícia na década de 1890. Em nota, do dia 06 de março de 1897, no *Jornal do Brasil*, Gaspar José Soares foi nomeado segundo suplente de subdelegado do 1º Distrito de Iguassú;¹⁰⁸ em 15 de Janeiro de 1899, ele é novamente nomeado, para desta vez para o cargo de 1º suplente de subdelegado da mesma região.¹⁰⁹ Em notícia do dia 03 de Abril de 1910, na seção Atos do Governo, o então Capitão Gaspar José Soares foi designado para o cargo de delegado escolar do município de Iguassú.¹¹⁰

No Diário Oficial da União também podemos acompanhar outra passagem na trajetória militar de Gaspar José Soares, em artigo publicado em 05 de Novembro de 1892, o decreto do Ministério da Justiça nomeou, entre os indivíduos, para a guarda nacional do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Iguassú, 19º batalhão da reserva, 3ª companhia o tenente Gaspar José Soares.¹¹¹

Também atuou em outras frentes, de acordo como *Correio da Manhã*, no dia 07, 08 e 09 de dezembro 1911, encontramos Gaspar José Soares se desmembrando como sócio de José Joaquim Soares¹¹² de uma firma na qual também fazia parte Francisco Gentil Baroni. A sociedade de nome Gaspar, Baroni e Soares se desfez, mas continuou com os dois membros: Gaspar e Baroni. A relação entre ambos fica notória na transcrição abaixo:

“A Praça

¹⁰⁸ Jornal do Brasil (RJ), 6 de Março de 1897, p. 2 Acessado em: memoria.bn.br

¹⁰⁹ Jornal do Brasil (RJ), 15 de Janeiro de 1899, p. 6. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹⁰ Correio da Manhã (RJ), 03 de Abril de 1910, p.5. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹¹ *Diário Oficial da União DOU*, Secção 1, 05 de novembro de 1892, p.1.

¹¹² Não conseguimos apurar se José Joaquim Soares se trata de algum parente, mas como já foi dito anteriormente a família Soares é bastante extensa na região.

Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni e José Joaquim Soares, sócios componentes da firma Gaspar, Baroni & Soares estabelecida nesta cidade Maxambomba município de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, declararam a esta praça e nos seus amigos e fregueses que em 30 de Novembro de 1911, dissolveram a referida sociedade, retirando-se o sócio de indústria José Joaquim Soares, pago e satisfeito de seus lucros ficando o ativo e passivo a cargo dos sócios solidários Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni.

Maxambomba, 6 de Dezembro de 1911 - Gaspar José Soares, Francisco Gentil Baroni e José Joaquim Soares.

Gaspar José Soares e Francisco Gentil Baroni comunicam à praça que em data de 1º do corrente constituíram uma sociedade do qual são solidários, sob a razão de Gaspar & Baroni em sucessão a firma Gaspar, Baroni & Soares nesta cidade onde aguardam a continuação das bondosas ordens de seus amigos e fregueses.”¹¹³

Essa relação foi importante para Gaspar uma vez que Francisco Barone, ou Comendador Francisco Baroni como ficou conhecido, nasceu em 02 de fevereiro de 1884 na Itália. Veio com o pai para o Brasil em 1897, se instalando em Nova Iguaçu. Ganhou notoriedade na região como grande exportador de frutas cítricas na década de 1930, recebeu o título de cidadão Iguaçuano, por seu importante trabalho na região. Em fins desta mesma década por problemas financeiros pede concordata em por fim, morreu em 1955 aos 71 anos de idade.¹¹⁴ Ou seja, Gaspar José Soares, mesmo sendo negro, aparentemente possuía uma larga rede social, uma vez que atuava como sócio de grandes empreendedores da região.

Neste mesmo ano, Gaspar José Soares também ocupou a função de Delegado escolar de acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.¹¹⁵ Podemos acompanhar também a composição e posterior divisão, com pouco menos de três meses de existência de outra sociedade, registrada no Jornal do Brasil em 24 de abril e 16 de agosto de 1920:

*“Junta Comercial
Relação dos contratos, alterações e distratos arquivados em sessão de 29 de março de 1920. Contratos: De Pieroni & Soares, firma composta dos sócios solidários Annibal Pieroni e Gaspar José Soares para exploração do comércio e indústria de*

¹¹³ Correio da Manhã (RJ), 07 de Dezembro de 1911, p.8. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹⁴ Em: <http://seessaruafosseminhani.wordpress.com/historia/rua-comendador-francisco-baroni/> e <http://www.cafebaroni.com.br/historia.html>, Acessado em 18 de janeiro de 2014.

¹¹⁵ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1911. p.1723. Acessado em: memoria.bn.br

*Carvão vegetal e lenhas e outros deste ramo que convenham à rua Dr. Archias Cordeiro nº 129. Meyer, com capital de 15:000\$000”.*¹¹⁶

“Junta Comercial

*Relação dos contratos, alterações e distratos das sociedades comerciais arquivados em sessão de 15 de Julho de 1920. Contratos: De Pieroni & Soares, que se dissolve pela saída do sócio Gaspar José Soares recebendo 4:000\$, fica com o ativo o passivo o sócio restante no valor de 4:000\$000.”*¹¹⁷

Apesar de ser morador e trabalhador da Baixada Fluminense, Gaspar José Soares também transitava por outras regiões do Rio de Janeiro. De acordo com o trecho acima, sua firma para “*exploração do comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas*” se localizava no Meyer, localizado no subúrbio da então Capital Federal, o que denota uma ampliação espacial das suas relações comerciais.

No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* nos anos de 1924, 1925 e 1926, a função de Gaspar José Soares, que em edições anteriores aparece como delegado escolar e vereador, nos citados anos está designado como escrivão, ocupação que até então não obtivemos outras fontes.¹¹⁸

Em abril de 1926, segundo decretos assinados pelo Presidente da República, o Capitão Gaspar José Soares é nomeado, na pasta da justiça a 2º Suplente do substituto de Juiz Federal no município de Nova Iguassú.¹¹⁹ Não foi possível aferir, qual a ocupação e situação econômica se encontrava Gaspar José Soares nos anos finais de sua vida.

No Diário Oficial da União também podemos acompanhar outra passagem na trajetória militar de Gaspar José Soares, em artigo publicado em 05 de Novembro de 1892, o decreto do Ministério da Justiça nomeou entre os indivíduos, para a guarda nacional do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Iguassú, 19º batalhão da reserva, 3ª companhia o tenente Gaspar José Soares. Para além da atuação comercial, Gaspar José Soares aparentemente diversificou suas fontes de renda. No Diário Oficial da União do dia 21 de novembro de 1935, ficamos sabendo que Gaspar José Soares era dono do prédio onde funcionava a estação teleférica de Nova Iguaçu.

¹¹⁶ Jornal do Brasil (RJ), 24 de Abril de 1920, p.11. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹⁷ Jornal do Brasil (RJ), 16 de Agosto de 1920, p.10. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986. Acessado em: memoria.bn.br

¹¹⁹ Correio da Manhã (RJ), 15 de Abril de 1926, p.2. A Manhã (RJ), 15 de Abril de 1926, p.8; Jornal do Brasil (RJ), 16 de Março de 1927, p.7; r

O Paiz (RJ), 15 de Abril de 1926, p.2. Acessado em: memoria.bn.br

*“Ministério da Viação e Obras Públicas- Diretoria Geral de Contabilidade-
Primeira secção
EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO
Dia 18 de novembro de 1831;
Ao Tribunal de Contas:
Avisos:
N. 1.350 — Solicita o pagamento da conta de 300\$000, a Gaspar José Soares, dos
aluguéis do prédio onde funciona a estação telegráfica de Nova Iguassú, relativos
aos meses de agosto e setembro deste ano.”¹²⁰*

Provavelmente atrasos no pagamento do aluguel referente ao prédio da estação telégrafo foi o motivo da nota de aviso, para nossa pesquisa, o relevante desta nota é constatarmos, mais uma vez seu ofício como proprietário.

Conhecemos através do comunicado abaixo, a tentativa e posterior obtenção de inscrição de Gaspar José Soares como exportador de frutas com a marca “G.J.S” iniciais de seu nome:

*“DIRETORIA DO SERVIÇO DE FRUTICULTURA
Expediente do SR. DIRECTOR
Dia 30 de abril de 1937
— Sr. chefe da Fiscalização Bancária:
N. 1.246 — Comunico-vos, para os fins convenientes, que, de acordo com o decreto
n. 23.835, de 6-2-34, a firma Gaspar José Soares, de Nova Iguassú, no Estado do
Rio de Janeiro, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de fruta, sob o n.
76, como exportadora de frutas cítricas.
- Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 1.217 — Idêntico ao ofício n. 1.246.
— Sr. chefe da fiscalização de frutas no porto desta Capital
N. 1.248 — Para vosso conhecimento e devidos fins, comunico-vos que a firma
Gaspar José Soares, de acordo com o decreto n. 23.835, de 6-2-34, foi inscrita no
Registro Federal de Exportadores de Frutas, sob o n. 76, como exportadora de
frutas cítricas. Outrossim, incluso vos remeto, para vosso governo, um exemplar
de rótulo e um outro de envoltório, ambos da marca “G.J.S.”, de propriedade da
firma acima mencionada e com as quais a mesma está autorizada a exportar
laranjas.”¹²¹*

Polivalente profissional, encontramos agora Gaspar José Soares, como exportador de frutas cítricas, desta vez, neste empreendimento, sendo único dono e levando somente seu nome. A diversidade de ofícios que lidou em sua vida faz de sua trajetória um tanto quanto singular

¹²⁰ *Diário Oficial da União DOU*, Seção 1, 21 de novembro de 1931, p. 25.

¹²¹ *Diário Oficial da União DOU*, Seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34.

comparada a de tantos outros negros, que apesar de bem sucedidos, não tiveram acesso a tantas oportunidades e possibilidades no pós-abolição.

Suas relações

Gaspar José Soares foi o típico político de cidades interioranas, assíduo em missas, servia sempre que podia como testemunha de casamentos, assinava a rogo dos nubentes que não sabiam ler nem escrever, era conselheiro de um clube de futebol da cidade. Além de participar ativamente da política, ser comerciante, advogado e sócio de empresas com negócios diversificados. Neste sentido, participava ativamente da vida social da cidade. Em ocasião da criação sociedade musical, *Centro Musical Nilo Peçanha*, em Maxambomba, Gaspar José Soares esteve presente e foi registrado na reunião.¹²²

Em dois momentos de sua vida, podemos encontrá-lo envolvido com um Clube de futebol, Filhos de Iguassú, o primeiro em 1933, como conselheiro da diretoria e outro já em 1947, concorrendo às eleições para o Conselho deliberativo do clube.¹²³ Vale observar que a matéria do jornal A Manhã, do dia 23 de dezembro, de 1947, já preconizava a vitória da chapa.

“Será realizada hoje a Assembleia Geral no Filhos de Iguazu, para a eleição do conselho Deliberativo. A “Ala” dirigida por Marinho Magalhães e Manoel Pereira Dias apresentará a seguinte chapa, que provavelmente será vencedora: (...) Gaspar José Soares (...).”¹²⁴

Neste trecho retirado do jornal Diário da Manhã, nos deparamos com Gaspar José Soares, e entre as duas publicações há uma diferença de quatorze anos, observamos assim que além de suas habituais atividades profissionais, Gaspar José soares também se dedicava - e por um longo tempo – de compromissos de cunho recreativo.

Certa feita escreveu um artigo eloquente e indignado ao Correio da Manhã de 1913 – jornal em que encontramos ao longo de nossas pesquisas fartos anúncios de venda de imóveis publicados por ele – sob o título *“Preso incomunicável sem ter cometido crime algum e sem*

¹²² A Época (RJ) 21 de setembro de 1915, p.6. Acessado em memoria.bn.br

¹²³ Diário da Noite, 02 de Dezembro de 1933, p.7. Acessado em: memoria.bn

¹²⁴ A Manhã (RJ), 23 de Dezembro de 1947, p.11. Acessado em: memoria.bn.br

nota de culpa”¹²⁵ o revoltoso advogado reclama da ausência do poder judiciário na comarca de Iguassú, dificultando-lhe a assessoria de seu cliente, que segundo ele havia sido preso injustamente. Não temos em nossos registros outras atuações de Gaspar José Soares como advogado. Mas esta notícia nos indica que mesmo tendo outras ocupações, ficamos sabemos que ele também advogava.

“Preso incomunicável sem ter cometido crime algum e sem nota de culpa

Escreve-nos de Maxambomba, o advogado Gaspar José Soares:

“Hermes José de Assumpção, trabalhador e residente neste lugar há cinco anos, mais ou menos, foi preso sem ter cometido crime de espécie alguma, na noite do dia 16 de dezembro último, nesta cidade, por ordem do delegado de polícia Joaquim Tinoco de Souza e sem nota de culpa ou mandado do juízo competente, recolhido à cadeia, onde continua incomunicável e sem culpa formada, pois até a presente data não teve início o respectivo sumário de culpa.

Não tendo esta comarca autoridade judiciária, pois o Mmo. juiz de direito, tendo entrado no dia 21 de dezembro no gozo de férias passou a vara ao 3º suplente, Sr. Capitão Antonio da Silva Chaves. Este, por sua vez, negara-se a receber petições e despachos, dizendo não ter prestado afirmação: o 1º suplente não entra em exercício, não há 3º suplente: pois que desde o dia 23 do último, estou como advogado de Hermes, lutando para obter uma certidão sem, entretanto conseguir. Apresentei no dia 29 do mesmo mês, ao Tribunal de Relação do Estado, uma petição impetrando em favor do mesmo uma ordem de habeas-corpus. Fui hoje saber do despacho, disse-me o Dr. secretário que o Tribunal ainda não se reuniu por estar-se em férias. Assim, continua? a judicatura desta comarca de Iguassú, sem termos a quem recorrer dos atos praticados pelas autoridades policiais. É-me negado falar com o preso, apesar de ser seu patrono, só sendo permitido nos dias de visita, duas vezes por semana e em curto prazo de tempo. Lembrei-me, por isso, dessa ilustre redação, pedindo vir em socorro desta infeliz e inocente vítima apelar para o ilustre Dr. Oliveira Botelho, presidente do Estado. Grato, ele.”¹²⁶

Provavelmente Gaspar José Soares, além de estar indignado com o descaso das autoridades judiciária daquela região, se sentisse a vontade para contestá-la, já que o mesmo, como já nos foi exposto anteriormente, em um passado recente, também exerceu a função de subdelegado de polícia. Presumimos assim, que o descontente advogado conhecia os trâmites da função e se sentia confortável para bramir atitudes desses profissionais.

Nos assentos de casamento e óbito em que Gaspar José Soares aparece como testemunha ou como declarante, podemos encontrá-lo como proprietário, comerciante e subdelegado de polícia. Não foram raras as publicações que encontramos no *Jornal Correio*

¹²⁵ Correio da Manhã (RJ), 07 de Janeiro de 1913, p.3. Acessado em :memoria.bn.br

¹²⁶ Idem.

da Manhã em que ele oferece propriedades em Nova Iguassú. Ao todo encontramos cerca de 32 anúncios, em sua maioria, chácaras e fazendas, muitos se repetem por dias, sempre destacando a proximidade com a estação Maxambomba, a procedência do abastecimento de água e tendo a preocupação de frisar a insalubridade do terreno, o que nos faz duvidar do quão salutar poderia ser a região. Abaixo exemplificamos dois anúncios:

*“Vende-se uma fazendola, terras próprias, com bastantes matas e pastos, pomar de laranjeiras e outras plantações, boa casa de moradia, água do Rio d’Ouro e cachoeira, local muito salubre e também uma casa com armação para negócios e cômodos para família, distante três minutos da estação Maxambomba. Tratar na mesma com o dono Gaspar José Soares.”*¹²⁷

Este mesmo anúncio se repete outras duas vezes no mesmo jornal em dias diferentes.

*“Vende-se uma chácara grande, terrenos próprios, boas matas e água canalizada, boa casa de moradia, logar alto e salubre, distante apenas três minutos da estação de Maxambomba. Tratar na mesma com o dono, Gaspar José Soares.”*¹²⁸

Este anúncio aparece outras seis vezes nos dias 13, 15, 16, 25, 29 e 30 de setembro de 1909.¹²⁹

Gaspar José Soares foi um versátil trabalhador em sua época. Segundo Carlos Eduardo da Costa as possibilidades de trabalho no imediato pós-abolição na Baixada Fluminense, se mostraram bastantes diferenciadas para pretos e brancos. Ao analisar o ano de 1890, o autor expõe a diferença significativa entre as profissões dos pais de crianças registradas como pretas e as registradas como brancas: a grande maioria, 100% dos registros pesquisados, a profissão dos pais de crianças registradas como negras são de serviços ligados à lavoura, enquanto brancos e pardos se dividem em menor escala, em outras áreas como artesanato, comércio, jornaleiros, profissões liberais e serviço público.¹³⁰

Mas a trajetória profissional de Gaspar José Soares passou a passos largos de muitos outros negros na região. A sua vida não é reflexo do que aconteceu a todos os negros na Baixada Fluminense, mas ela aponta na direção de que mesmo sendo negro, havia

¹²⁷ Correio da Manhã (RJ), 12 de Julho de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br

¹²⁸ Correio da Manhã (RJ), 12 de Setembro de 1909, p.9. Acessado em: memoria.bn.br

¹²⁹ Correio da Manhã (RJ), 13 de Setembro de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br; Correio da Manhã (RJ), 15 de Setembro de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br; Correio da Manhã (RJ), 16 de Setembro de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br; Correio da Manhã (RJ), 25 de Setembro de 1909, p.6. Acessado em: memoria.bn.br; Correio da Manhã (RJ), 29 de Setembro de 1909, p.6. Acessado em: memoria.bn.br; Correio da Manhã (RJ), 30 de Setembro de 1909, p.7. Acessado em: memoria.bn.br.

¹³⁰ COSTA, Carlos Eduardo C. *De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Tese de Doutorado em História Social do Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p.84.

possibilidades de mobilidade social, nessa região, para pessoas de sua cor. O que determinou sua trajetória, na área militar, política e comercial, ficará para uma mais profunda pesquisa, onde poderemos melhor analisar sua trajetória e desvendar as possibilidades e os caminhos que o levaram destacar e ascender socialmente na região.

CONCLUSÃO

A trajetória de Gaspar José Soares não se difere de tantos outros cidadãos bem sucedidos no Município de Nova Iguaçu, no início do século XIX. Sua história de vida poderá se somar a tantos outros políticos que hoje dão nome as ruas da região, grandes proprietários, negociantes, políticos, militares. O que difere Gaspar José Soares de outros tantos personagens na então em expansão Nova Iguaçu, podemos perceber na imagética fotografia tirada provavelmente em comemoração a posse de novos políticos da região, é que Gaspar José Soares é negro..

Atuante cidadão, provavelmente tal qual Silvino Hyppolito de Azeredo, fundador do jornal *Correio da Lavoura*, exposto no trabalho de Álvaro Pereira Nascimento, Gaspar José Soares também parece “*alheio às diferenças de cor entre os indivíduos constituintes da população iguaçuana à época*”¹³¹ ou talvez não. Por vezes percebemos agruras em sua trajetória, provavelmente decorrente de sua cor, em ambiente onde era minoria.

De qualquer forma Gaspar José Soares, independentemente de militância negra, se sobrepujou dentre tantos outros de sua cor, marcando sua trajetória como influente cidadão Fluminense. Desconhecemos o passado de sua família, mas podemos afirmar que Gaspar José Soares foi importante figura daquela região, seu significativo empenho profissional nos permite confirmar o protagonismo de homens negros em cargos de poder.

¹³¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras...op.cit.p.15.*

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- A Época** (RJ) 21 de setembro de 1915, p.6. Acessado em memoria.bn.br
- A Manhã** (RJ), 15 de Abril de 1926, p.8. Acessado em memoria.bn.br
- A Manhã** (RJ) 05 de Maio de 1929, p.5. Acessado em memoria.bn.br
- A Manhã** (RJ), 23 de Dezembro de 1947, p.11. Acessado em: memoria.bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 03 de Maio de 1909, p.4. Acessado em: memoria.bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 12 de Julho de 1909, p.7. Acessado em: memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 12 de Setembro de 1909, p.9. Acessado em: memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 04 de Dezembro de 1909, p.6. Acessado em memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 03 de Abril de 1910, p.5. Acessado em memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 07 de Dezembro de 1911, p.8. Acessado em: memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 07 de Janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 07 de Janeiro de 1913, p.3. Acessado em: memoria. bn.br
- Correio da Manhã** (RJ), 15 de Abril de 1926, p.2. Acessado em: memoria. bn.br
- Diário Carioca**, 17 de Maio de 1955, p.3. Acessado em: memoria. bn.br
- Gazeta de Petrópolis** (RJ) 14 de fevereiro de 1899, p.1. Acessado em memoria. bn.br
- Jornal do Brasil**, 6 de Março de 1897, p. 2 Acessado em: memoria. bn.br
- Jornal do Brasil**, 15 de Janeiro de 1899, p. 6. Acessado em: memoria. bn.br
- Jornal do Brasil**, 15 de Junho de 1902. p. 10 Acessado em: memória. bn.br
- Jornal do Brasil**, 24 de Abril de 1920, p.11. Acessado em: memoria. bn.br
- Jornal do Brasil**, 16 de Agosto de 1920, p.10. Acessado em: memória. bn.br
- Jornal do Brasil**, 16 de Março de 1927, p.7. Acessado em memoria. bn.br
- O Paiz**, 15 de Abril de 1926, p.2. Acessado em memoria. bn.br
- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. 1917. p.1717.

Acessado em memoria. bn.br

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1911. p.1723.

Acessado em memoria. bn.br

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924. p.1986.

Acessado em memoria.bn.br

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1930. p. 874.

Acessado em: memória.bn.br

Sites :

Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 05 de novembro de 1892, p.1.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1695763/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-11-1892/pdfView>, Acessado em: 07/11/2013

Diário Oficial da União (DOU) Seção 1, 19 de janeiro de 1899, p.2.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1601695/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-01-1899/pdfView>. Acessado em 05/11/2013

Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 17 de janeiro de 1918, p. 41.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1721589/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-01-1918/pdfView>. Acessado em: 05/11/2013

Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 28 de fevereiro de 1924, p. 25.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1836376/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-02-1924/pdfView>. Acessado em: 05/11/2013

Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 21 de novembro de 1931, p. 25.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2133576/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-11-1931/pdfView>. Acessado em: 05/11/2013

Diário Oficial da União DOU, Seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2165939/pg-34-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-05-1937/pdfView>. Acessado em: 08/11/2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)**. Rio de Janeiro: IFCS, 2008.

_____. **De Pé Calçado: Família, Trabalho e Migração na Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)**. Tese de Doutorado em História Social do Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

DANTAS, Carolina Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910). **Trajetória e itinerários de um político negro no pós-abolição**. In: ABREU, Martha Abreu; Carolina Vianna Dantas. (Org.). Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF – Niterói: PPGHISTÓRIA – UFF, 2010. p. 5-26.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília: CNPQ, 1988. Capítulo II – A política da Liberdade. P. 73-124

LONER, Beatriz. A. **“Antonio: de Oliveira a Baobad”**. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011, v.1, p. 109-136.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Caminhos de negros: vida, trabalho e desenvolvimento urbano no pós-abolição (Nova Iguaçu, 1880-1980)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300492867_ARQUIVO_Artigo.pdf.

Acesso em: 20/01/2014.

_____. Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu. XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013. Em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364755906_ARQUIVO_HomensnegroemIguaçu.pdf. Acessado em: 12 de Janeiro de 2014.

_____. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX). 6º Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC. Em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/alvaropereira.pdf>. Consulta realizada em: 16/01/2014.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja – História Econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas/SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977.

RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo**: Família, Trabalho e cidadania no Pós-Abolição. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, A. & MATTOS, H. **O pós-abolição como problema histórico**: balanços e perspectivas. In: Topoi, v. 5, n°. 8, 2004.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação Escrava em Cuba**: a Transição para Trabalho Livre, 1860-1899. Rio de Janeiro Campinas: Paz e Terra/Ed. da Unicamp, 1991.